



ITÁLIA, MAQUIAVEL E A CRISE POLÍTICA: ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

ITALY, MACHIAVELLI AND THE POLITICAL CRISIS: HISTORICAL AND PHILOSOPHICAL ASPECTS

DOI: 10.5281/zenodo.7996606

Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra¹

Narbal de Marsillac Fontes²

RESUMO: A presente pesquisa³ tem como objetivo principal fazer uma análise sobre a política italiana, no período Trecento e Quattrocento, observando os conflitos presentes em Florença, bem como o papel dos Médici na trajetória de Maquiavel. No decorrer da pesquisa, foram utilizadas, como base para o presente trabalho, obras de apoio de alguns teóricos, como Nogare (1981), Bignotto (1991) e Viroli (2002), entre outros, no intuito de analisar os princípios maquiavelianos relacionados à ética, à política e ao conflito civil do presente estudo. Foi feita uma análise sobre a política italiana, no período Trecento e Quattrocento, observando os conflitos presentes em Florença, bem como o papel dos Médici na trajetória de Maquiavel. Concluiu-se que é fundamental entender as “raízes” históricas que levaram o sábio Florentino a desenvolver suas teorias, pesquisando sobre os períodos Trecento e Quattrocento, analisando a organização política da cidade de Florença, bem como os Médici, que foram importantes em todo o processo teórico idealizado pelo filósofo.

Palavras-chave: Maquiavel. Filosofia. História. Política.

ABSTRACT: The main objective of this research is to analyze Italian politics in the Trecento and Quattrocento period, observing the conflicts present in Florence, as well as the role of the Medici in Machiavelli's trajectory. During the research, supporting works by some theorists, such as Nogare (1981), Bignotto (1991) and Viroli (2002), among others, were used as a basis for the present work, in order to analyze the Machiavellian principles related to the ethics, politics and civil conflict of the present study. An analysis was made of Italian politics in the Trecento and Quattrocento period,

1 Doutorando em Ciências da Educação –UNADES (PY), Mestre em Filosofia –UFPB.

2 Doutor em Filosofia –Universidade Gama Filho – UGF, Professor associado da Universidade Federal da Paraíba –UFPB.

3 O presente artigo faz parte de um dos capítulos da dissertação de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2021.



observing the conflicts present in Florence, as well as the role of the Medici in Machiavelli's trajectory. It was concluded that it is essential to understand the historical "roots" that led the Florentine sage to develop his theories, researching the Trecento and Quattrocento periods, analyzing the political organization of the city of Florence, as well as the Medici, who were important throughout the theoretical process idealized by the philosopher.

Keywords: Machiavelli. Philosophy. History. Policy.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros filósofos procuraram conhecer o mundo na sua origem, deixando em segundo plano os fatos ligados à estrutura da comunidade. Na antiguidade, os temas presentes no dia a dia passaram a ser discutidos nos ambientes filosóficos, onde a política ganhou notoriedade, influenciando diversos pensadores e estendendo-se pela Idade Média, quando as teorias de alguns filósofos propagavam que a política era regida pelo divino, por meio de seus designados. Tempos depois, no período renascentista, os filósofos deixaram de lado esse ideal moldado na cultura medieval, retornando à leitura dos clássicos antigos.

Nesse panorama renascentista, surge Nicolau Maquiavel (1469-1527), que foi, sem dúvidas, um dos maiores pensadores políticos da sua época, tendo produzido grandes obras, sendo as mais importantes *O Príncipe* (1513-1532) e os *Discorsi – Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1513 – 1521). Tais obras possuem uma unidade temática, também de pensamento, apesar de terem alvos diferentes. Maquiavel testemunhou fatos políticos muito específicos da história de sua cidade, Florença, onde havia um grande desejo por parte da população que almejava mudanças, inspirando-o nos seus escritos e pensamentos, gerando, assim, um forte sentimento de esperança em uma unidade política.

As questões políticas maquiavelianas causam questionamentos substanciais para esta pesquisa: como a situação política de Florença contribuiu para o desenvolvimento das teorias filosóficas e políticas de Maquiavel? Como o príncipe deve agir para tornar o Estado próspero? A pesquisa terá um caráter bibliográfico⁴, auxiliando na compreensão dos

4 Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.



problemas a partir de referências publicadas em alguns trabalhos, com o objetivo de esclarecer acerca da contribuição trazida pelo filósofo, exibindo um marco cronológico e espacial para entender o processo da ação política maquiaveliana.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O filósofo escreveu grande parte de sua obra após um longo tempo de serviço prestado ao governo de Florença, contribuindo de forma significativa para a construção de sua filosofia política. Maquiavel analisava as situações políticas a partir do modo como ocorriam, diferenciando-se de seus antecessores, que tratavam a política a partir de uma ideologia de Estado e governante. Serão abordados fatos históricos que ocorreram na política Florentina, estimulando Maquiavel a estabelecer algumas de suas diretrizes, com ações coletivas para determinados fins políticos, rompendo com os ideais desfavoráveis da época. Serão trabalhados aspectos do período Trecento (século XIV) e Quattrocento (século XV), com o objetivo de analisar como a cidade de Florença estava organizada, artística e politicamente, para fundamentar as bases que influenciariam todo o processo institucional florentino, que, mais tarde teria, como ideais as teorias propostas por Maquiavel.

Um dos pontos fundamentais da pesquisa diz respeito à atuação dos Médici em Florença, sendo de fundamental importância para entender a perspectiva de Maquiavel, que se desenvolve tendo o homem como ponto central do mundo. O pensamento de Nicolau Maquiavel é indissociável da realidade histórica da Itália e de Florença, onde ele constrói seus fundamentos, constantemente motivado pelos acontecimentos do seu tempo.

Assim, com a finalidade de responder a essas inquiuições, foi instituído no trabalho como objetivo da pesquisa: fazer uma análise sobre a política italiana, no período Trecento e



Quattrocento, observando os conflitos presentes em Florença, bem como o papel dos Médici na trajetória de Maquiavel;

No decorrer da pesquisa, foram utilizadas, como base para o presente trabalho, obras de apoio de alguns teóricos, como Nogare (1981), Bignotto (1991) e Viroli (2002), entre outros, no intuito de analisar os princípios maquiavelianos relacionados à ética, à política e ao conflito civil do presente estudo.

2 ITÁLIA, MAQUIAVEL E A CRISE POLÍTICA

A obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, é constituída por situações que fizeram o filósofo questionar a tradição política italiana, defrontando com a realidade da sua época. Durante o período Renascentista, as reflexões políticas sofreram diversas transformações em suas práticas e desenvolvimento, fazendo com que os autores passassem a considerar a atuação humana e o seu valor para a relação entre os governos. Com isso, o Humanismo⁵ trouxe um grande desenvolvimento artístico e cultural, fundamental para o desenvolvimento da modernidade.

As reflexões dos sábios humanistas tornam as discussões políticas mais presentes na vida dos homens, delegando um certo protagonismo nos mecanismos de poder, trazendo rupturas às representações e conceitos medievais. Os Humanistas recuperam os modelos clássicos antigos, entre eles, as romanas de Virgílio, Políbio e Cícero, filósofos que procuravam uma conexão entre realidade do mundo palpável (terreno) sem intervenção dos dogmas religiosos, já que prevaleciam as convicções cristãs no cenário político. É justamente nesse cenário de ideias religiosas e políticas que Nicolau Maquiavel entra em desacordo com alguns princípios de autonomia e laicização política, tomado por incertezas e questionando

5 O Humanismo estabeleceu uma transição entre a cultura medieval e a modernidade (Trovadorismo e Renascimento). Esse ciclo estabelece novos ideais filosóficos, artísticos e culturais que enaltecem o ser humano. Por volta do século XIV, na Europa Ocidental, mudanças sociais e de origem econômica colaboraram para mudanças na forma de pensar. Assim, essas modificações e as novas formas de pensamento, tiveram preponderância nas mudanças políticas e nas novas organizações de poder.



determinadas práticas do governo, estabelecendo suas bases filosóficas em plena realidade italiana e nos acontecimentos políticos dos séculos XIV, XV e XVI.

Compreender o pensamento de Maquiavel é fundamental para todos que se aproximam do estudo da doutrina política, da história e da filosofia. Para Maquiavel, a verdade baseia-se na experiência e na ciclicidade da história: por isso, ele é um grande defensor do estudo dos clássicos. A história é a única fonte capaz de fornecer os dados objetivos nos quais se basear, mas também indica os caminhos a não retroceder. Precisamente por meio da obra *O Príncipe*, o autor rompe radicalmente com os dogmas até então conhecidos: colocando em evidência a autoridade divina do Príncipe e o distanciamento dos princípios morais e seculares. Para Maquiavel, a política é autônoma e distante da moral secular e religiosa: na obra, o autor define precisamente as características que um bom príncipe deve possuir, dando vida a um tratado único e completamente revolucionário para a época.

A visão de Maquiavel sobre o Estado é como a de um corpo orgânico: nasce, desenvolve-se, decompõe-se, morre. Os governos republicanos da Roma Antiga podem ser tomados como modelo e reconstruir, em momentos de crise, a visão de valores e intenções que caracterizam as instituições. Maquiavel não propõe instrumentos morais ao Príncipe, mas recursos para poder governar por muito tempo, mantendo o Estado sólido e dominado.

Maquiavel não é um teórico “puro”, pretendendo construir friamente uma teoria política, por assim dizer, “no laboratório”: suas concepções surgem da relação direta com a realidade histórica, na qual está pessoalmente envolvido graças às posições que ocupa na República Florentina, e que, por sua vez, interferem no presente, modificando-o de acordo com certas perspectivas.

Seu pensamento, portanto, aparece como uma fusão estreita de teoria e prática: a teoria surge da prática e tende a se espelhar nela. Na base de toda a reflexão de Maquiavel, está a consciência lúcida e dolorosa da crise que atravessa a Itália contemporânea: uma crise política, uma vez que a Itália não possui os sólidos corpos estatais que caracterizam as grandes potências europeias e parece fragmentada, com uma série de Estados e cidadãos



fracos e instáveis e crise militar, pois ainda se baseia em milícias mercenárias, e não em exércitos “cidadãos”, os únicos que podem garantir fidelidade, obediência e seriedade. Mas também uma crise moral, porque todos aqueles valores que fundamentam uma vida civilizada desapareceram, ou, pelo menos, debilitaram-se muito.

Maquiavel cita Roma como exemplo, pelo amor à pátria, o senso cívico, o espírito de sacrifício e o impulso heroico que foram deixados de lado, sem reagir e sem lutar. Portanto, como mostraram as guerras ocorridas após a queda dos franceses em 1494, os Estados italianos estavam perto de perder sua independência política e se tornarem satélites das potências europeias que disputavam o território da península. Para Maquiavel, a única saída para essa extraordinária “gravidade dos tempos” é um príncipe com uma virtude extraordinária, capaz de organizar as forças que potencialmente ainda existem no povo italiano e de construir uma estrutura estatal suficientemente forte para contrariar os objetivos expansionistas dos Estados vizinhos.

Toda a teoria política de Maquiavel dirige-se a um objetivo concreto, portanto, repleto de entusiasmo de quem participa de um momento decisivo da história do seu país. Ignorar essas raízes práticas imediatas do pensamento de Maquiavel levaria a deturpar completamente seu significado. No entanto, esse pensamento não se limita a esse campo contingente, caso contrário, não teria força para despertar tanto interesse: a partir de uma situação particular da política Florentina e tentando dar uma resposta imediata e eficaz a esses problemas, Maquiavel elabora uma teoria que aspira a ter um significado universal, a ser fundada em leis válidas em todos os tempos e lugares.

Maquiavel foi definido como o fundador da ciência política moderna: antes de tudo, ele determina claramente o campo dessa ciência, distinguindo-o de outras disciplinas que se preocupam igualmente com a ação do homem, como a ética. Ele, então, reivindica vigorosamente a autonomia do campo da ação política: estabelece as próprias leis, e as ações dos estadistas devem ser estudadas e avaliadas com base nessas leis. Isto é, é necessária a análise do trabalho de um príncipe, para avaliar exclusivamente se ele tem conseguido atingir os fins que devem ser próprios da política, para fortalecer e manter o Estado, para garantir o



bem dos cidadãos, mesmo que seja necessário utilizar qualquer critério, com justiça, mansidão, violência ou crueldade.

A obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, insere-se em um panorama de reintegração dos Medici⁶ no regime político italiano, em 1512, estabelecido em decorrência de um âmbito histórico-político pregresso, portanto, fundamental para a análise da circunstância em que o filósofo italiano explana suas ideias. Essa é a justificativa que nos move a apresentar, no primeiro capítulo, os fatos históricos presentes na realidade política italiana da época sobre a qual Maquiavel estabelece suas diretrizes, estimulando os italianos a buscarem objetivos coletivos para um determinado fim político, ou seja, um novo tempo para a Itália.

2.1. A Itália no Trecento e Quattrocento

O período conhecido como Trecento (trezentos na língua italiana) está relacionado à história da arte com passagem para o Renascimento, que envolve a perspectiva artística europeia. Estende-se por todo o século XIV na Itália e antecede o período chamado de Quattrocento, no século XV, apontado como a primeira fase do período Renascentista. O Trecento é um acontecimento ocorrido na Itália, cuja principal influência é a cidade de Florença, importante centro político, cultural e econômico no país.

A música polifônica italiana da época era comparada a grandes obras da História da Humanidade, caracterizada por uma harmonia sem comparações, com uma nitidez primordial, além de força melódica e rítmica. Consideradas espetaculares, as composições do Trecento embelezavam uma nova forma de letra de texto, sublimes em perspectiva e técnica. A literatura vernácula italiana do século XIII, em conjunto com os modelos de heranças trazidas por sua linguagem, ainda estava em fase de preparação. O sul, frequentado por trovadores emigrantes, conviveu com um desenvolvimento de uma poesia siciliana enraizado nos costumes árabes vivenciados pela sociedade cortesã daquela localidade. Além dos traços da escola siculo-árabe, grande parte da literatura vernácula nativa anterior ao Duecento

6 Dinastia política italiana que concentrou o poder em suas mãos, utilizando a máquina pública em benefício próprio. Governaram Florença mesmo não sendo considerados monarcas, tornando-se líderes hereditários do Ducado de Florença.



influenciava, em seu estilo e conteúdo, os anseios primordiais dos italianos letrados da época: religião, leis e governo. O estabelecimento e a criação da poesia vernácula sagrada fomentada pelos franciscanos e a produção de versões vernáculas de estatutos cívicos podem ter trazido algum impulso para a formação de um corpo superior da literatura vernácula, exigindo forte empenho dos prestigiados artistas da época seguinte, a exemplo de Dante, Petrarca e Boccaccio, para agregar o som da língua materna com os padrões cortesões concedidos pela poesia não italiana.

O fenômeno político do século XIV gerou grandes mudanças nas artes em geral. Bizâncio passa a ser considerada capital do império Romano, tornando-se Constantinopla, atualmente representada por Istambul na Turquia. O império Romano entra em declínio, surgindo uma divisão entre Ocidental e Oriental, este passando a ser comandado pelo Imperador Justiniano, enfraquecendo no ano 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos. Com a divisão do Império Romano, surge um confronto entre as igrejas católica e ortodoxa, tornando a questão religiosa tema relevante frente aos Estados.

O Humanismo estabeleceu uma transição entre a cultura medieval e a modernidade (Trovadorismo e Renascimento). Por volta do século XIV, na Europa Ocidental, mudanças sociais e de origem econômica colaboram para mudanças na forma de pensar. Assim, essas modificações e as novas formas de pensamento tiveram preponderância nas mudanças políticas e nas novas organizações de poder.

Uma forte influência despótica por parte dos Estados italianos passa a ocorrer, com peculiaridades que serão decisivas aos olhos de alguns pensadores, em especial, Maquiavel, passando a conceber o Estado como uma obra de arte, pois Deus, com sua divindade, não pode ser considerado governador, já que apenas os homens que atuam na política teriam a habilidade para este fim. A Itália passava por situações políticas distintas das experimentadas por outros Estados europeus, como Inglaterra, França e Espanha, que deixaram o sistema feudal, levados por políticas que terminaram por construir um Estado monárquico absolutista, mantendo a singularidade do Império Germânico. Os italianos transformaram quase



completamente sua estrutura feudal, obtendo, na figura do Imperador, um exemplo de poder e força.

A distinção entre os outros Estados e a Itália mostrava-se no atrito presente entre o papado e o Império Alemão da dinastia Hohestaufen, mais precisamente em Henrique IV. Essa discórdia existente entre os dois provocava uma segregação em toda a Itália, gerando conflitos entre a população, pois uns aclamavam o Papa, os Guelfi, e outros protegiam o imperador, os Guibelini⁷. Com essa divisão, a Itália passaria a ser invadida por Estados estrangeiros que impossibilitariam a questão da unificação da península, perdendo a chance de concentrar suas forças políticas para atingir seus objetivos, iniciando diálogos sobre determinadas hostilidades internas, sempre deixando de lado os anseios do povo italiano, buscando apenas beneficiar autoridades externas, que, na maioria das vezes, não cooperavam para o avanço do Estado.

Em um primeiro momento, o conflito entre Guelfi e Guibelini contribuiu para desfazer a ideia de autoridade máxima e única, própria dos Estados-Nação, característica presente na França, Espanha e Inglaterra na época. De acordo com Dias, 2019:

O alinhamento entre as Cidades-estados italianas e as ideias Pró-Império ou Pró-Roma representaram um impedimento à união da Itália e uma demonstração de que os atores políticos desprezavam a força da península. Grosso modo, as diferenças básicas entre as duas facções possibilitaram às Cidades-estados e aos déspotas a organização de seus governos, iniciando-se o Stato (o Estado), nomenclatura que seria adotada para designar a organização da máquina governamental como um todo⁸.

Essa forma despótica de agir só acabaria depois que o Estado aparecesse como uma obra de arte, manifestando-se de outras maneiras. No século XIV, as tiranias agiam contra todos que fossem contra a centralização do poder, e os déspotas viam na ação política uma forma de manter a violência e apropriar-se dos direitos do povo. A usurpação dos bens do

7 No século XIII, a rivalidade entre o Papa e o Imperador gerou uma divisão partidária no interior da Itália, intensificando-se com a inocupação do trono Germânico, passando a ser disputado por duas famílias de origem alemã: os Guelfo (apoiados pelo papado); e os que estavam no Castelo de Waiblingen e apoiavam Hofenstaufen, que deu origem aos Gibelino (apoiadores dos Hofenstaufen).

8 DIAS, Carlos Eduardo Ruas et al. **Política e conflito civil no pensamento de Maquiavel**. 2019, p. 16.



povo, bem como de sua integridade, gerava grande revolta em grande parte da população, deixando o tirano sempre em estado de alerta, cercado-se de intelectuais que atuavam como conselheiros, oferecendo-lhes ajuda e custódia. Em contrapartida, os sábios ofereciam seus talentos ao tirano, com o objetivo de treiná-lo para “mascarar” as crueldades cometidas.

Petrarca dedica algumas palavras ao Tirano de Pádua referente a essa situação:

Tu não deves ser o senhor, mas o pai de teus súditos; deves amá-los como a teus filhos, amá-los como membros do teu corpo. Contra os inimigos, podes empregar armas (...), com teus súditos, a mera benevolência já basta; refiro-me, por certo, apenas àqueles súditos que amam a ordem estabelecida, pois quem diariamente planeja transformações é rebelde e inimigo do Estado. (BURKHARDT, 2009, p. 42).

Esse modo de ver o tirano tinha por objetivo unir o governante e os governados, buscando proteger sua vida e intimidar determinados conchavos entre os súditos. Nessas condições, a atuação dos intelectuais era fundamental para estabelecer um elo entre soberanos e súditos e para enaltecer a figura do Tirano, colocando-o como guardião do povo. O Estado também necessitava ser visto dessa forma, para ser considerado como uma máquina promissora e intocável, por isso a expressão “o príncipe deve cuidar de tudo, construir e manter igrejas e edifícios públicos, conservar a polícia municipal, drenar os pântanos, zelar pelo vinho e pelos cereais, distribuir com justiça os tributos, apoiar os desamparados e proteger os eruditos.” (BURKHARDT, 2013, p. 42). Porém, essa autenticidade duraria pouco, pois, no final do Trecento, o humanismo proporciona uma nova fase na política e na cultura do Ocidente, em oposição aos regimes dos déspotas, surgindo uma possibilidade de novas concepções sobre a política.

A Itália era uma república que havia transformado alguns estados em potências republicanas, desenvolvendo uma organização política inovadora, expandindo o capitalismo. Nesses estados, o poder permaneceu em poucas mãos, com o Norte dominado por famílias citadinas, e o Sul (França e Espanha) querendo exercer o poder do Reino de Nápoles. Nessa conjuntura política, floresceu o humanismo da República. A classe social que procurava



concentrar a autoridade na Itália dividida do período Trecento, congregou intelectuais do período para buscar soluções propícias e tornar suas práticas aceitáveis e legítimas, convencendo o povo que sua forma de governar era visando ao bem comum. Era dessa forma que a tirania agia para exercer um predomínio no poder, sempre buscando qualquer impossibilidade de unificação da península.

O período do século XV, denominado de Quattrocento, teve grande influência artística e cultural, com a retomada de diversos princípios clássicos da Grécia e Roma. Influenciados pelo Renascimento, os intelectuais da época trataram a política sob um novo olhar, deixando de lado questões divinas para que os homens passassem a exercer papel principal na sociedade como um todo. As formações políticas do centro-norte italiano passaram a desenvolver projetos institucionais mais estáveis, buscando reforçar as formações territoriais e suas estruturas sociais, ao contrário do que ocorria na península nos séculos anteriores. É possível analisar as estruturas institucionais e a coordenação territorial peninsular a partir da seguinte consideração: a competição político-militar e as transformações desencadeadas pela necessidade de controlar forças sociais novas ou recentemente submetidas.

Nesse espaço político, surgem condições para a coexistência de diferentes poderes, que seria uma espécie de “sistema de Estados”. Nesse sistema, a autoridade exercida por soberanos, príncipes e cidades dominantes tem por objetivo manter um domínio substancial sobre determinados territórios. Os Estados de maior porte se consolidam, e algumas tiranias começam a enfraquecer devido ao advento de novos elementos e organizações do Estado, com o surgimento de diversas transformações econômicas devido ao crescimento dos burgueses, que foram os grandes responsáveis pelas grandes navegações, com o reconhecimento de novas terras e rotas comerciais.

Na religiosidade, a Reforma Luterana trouxe muitos conflitos relacionados à Igreja Católica, principalmente pela atitude de traduzir as escrituras sagradas para o idioma alemão,



realizada por Martinho Lutero⁹ (1483-1546), desencadeando, mais tarde, a Reforma Protestante¹⁰, permitindo que cada membro da igreja tivesse acesso à sua interpretação peculiar, sem a mediação da Igreja. Essas renovações que surgiam na Renascença italiana atingia toda a Europa, conforme mostra Nogare (1981):

os novos ideais, a Renascença durou pouco. Floresceu nos últimos anos do século XV e primeiros do XVI, sendo depois tragada pela Reforma de Lutero. Na França, a Renascença estende-se ao longo do século XVI. Na Inglaterra e na Espanha, algumas décadas depois, entre a segunda metade do século XVI e a primeira do seguinte (NOGARE, 1981, p. 58)

Essa “volta” da filosofia antiga trouxe mudanças no modo de ver o mundo da civilização ocidental, em muitos aspectos, com uma nova forma baseada na Era Moderna, trazendo os humanistas para outro âmbito, não considerando mais a perfeição da divindade como princípio de todas as coisas, analisando as competências humanas com uma maior propriedade.

Ao longo do Quattrocento, alguns Estados governados por tiranos tiveram um grande desenvolvimento institucional e político, surgindo a figura do mercenário, chamado de *condottieri*¹¹, que passou a comandar o governo em diversas cidades, gerando um novo

9 Em 1517, Martinho Lutero afixou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg as 95 teses em que ele questionava as práticas mundanas do clero católico: a avareza, o paganismo e outros pecados que existiam dentro da Igreja. As teses chamavam para uma disputa eclesiástica sobre elas. Rapidamente, elas foram divulgadas pela Alemanha e ganharam seguidores. A Igreja, logo após Lutero afixar suas teses, nos primeiros dias, não tinha levado a sério o que pretendia o padre agostiniano. No entanto, como as ideias começaram a tornar-se conhecidas, o papa Leão X designou o professor de teologia Silvestro Mazzolini para respondê-las em tese acadêmica. Ao publicar-se a réplica, Lutero respondeu ao teólogo, iniciando o debate sobre a autoridade do Sumo Pontífice. Como a controvérsia não tinha fim, e os textos de Lutero, por causa da imprensa, eram divulgados rapidamente, o papa excomungou-o em 3 de janeiro de 1521.

10 Sobre a Reforma Protestante, Paulo Arantes (1993), ao expor a visão gramsciana sobre o evento e seus ecos no mundo renascentista, afirma que a Reforma seria “um movimento nacional-popular em cujo seio germinará, (...), algo como uma cultura superior, mas que em compensação, durante a fase do seu desenvolvimento popular, permitiu aos países protestantes derrotar os exércitos católicos e, em particular, à nação alemã, entrar em cena como uma das mais vigorosas da Europa” (ARANTES, 1993, p. 300).

11 *Condottieri* eram mercenários que organizavam milícias e faziam contratos com qualquer governo interessado em seus serviços. Entre o século XV e o XVI, as chamadas Companhias Livres formaram verdadeiras escolas de guerra, que realizaram grandes progressos em termos de organizações militares. A maioria dos *condottieri* eram italianos, mas também existiam outros de diversos países europeus. O nome *condottiere* deriva de *condotta* (em latim *conducere*, “conduzir”), que era o contrato firmado com algum governante, de modo que essas *Compagnies*



sistema político. Com esse modo inovador de domínio, algumas cidades ganharam força e destaque, enquanto outras enfraqueceram seus poderes perante os ataques de dinastias mais poderosas.

Dessa forma, buscando se reerguer, os tiranos mais fracos recorreram ao apoio dos Estados de grande porte por meio de associações de serviço, com capitães das forças militares atuando em apoio às empresas dos príncipes que financiassem os serviços. Essa conjuntura renascentista apresentou novas necessidades para os princípios políticos em toda a Europa, já que os grandes Estados-Nação queriam tornar-se potências na Itália, enquanto as Cidades-Estados buscavam a independência, gerando uma contradição de interesses, aumentando as batalhas internas entre os Estados menores, dificultando a possível unificação italiana, além de aumentar os ataques das nações inimigas.

Essa divisão interna prejudicou o Estado e suas organizações militares, as forças mercenárias não tinham proximidade com os Estados que tentavam defender, lutando apenas por vantagens específicas, dinheiro e supremacia para os condottieri. Essa vulnerabilidade italiana iniciou-se a partir de 1494, quando o Rei Carlos VIII foi atraído por Ludovico Sforza à Itália para apropriar-se do Reino de Nápoles, que, naquela época, era visto como uma ameaça à continuidade do poder de Sforza. Esse acontecimento marcou de forma decisiva a conjuntura política da Itália renascentista, com o ataque das tropas estrangeiras que conquistaram o poder, apresentando suas fragilidades, causando em Maquiavel um desejo de arquitetar uma nova teoria política capaz de transformar a estrutura do governo da Itália, trazendo grandes mudanças na política da Península.

2.2 Reflexões maquiavelianas a respeito dos conflitos em Florença

No período do Quattrocento, Nicolau Maquiavel analisou de forma veemente os contrassensos existentes na natureza aristocrática do regime florentino, tornando muito

trabalhassem como suas tropas mercenárias. Surgiram em razão das rivalidades e constantes conflitos entre as províncias italianas. A partir do início do medievo, até os séculos XIV e XV, eram comuns os acordos com governos das cidades-estado, especialmente na Toscana, Romanha, Úmbria e em Veneto.



presente essa questão em seus discursos. Ao discordar e fazer severas críticas a aristocracia de Florença, Maquiavel prova que as figuras políticas florentinas estavam impossibilitadas de tomar qualquer atitude para a manutenção da república, pois os políticos não representavam a coletividade, causando uma instabilidade na aspiração e manutenção da liberdade. Para ele, a causa do desmoronamento do Estado é fruto de sua desastrosa apropriação:

[...] o povo, muitas vezes, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja sua própria ruína, e se alguém em quem ele confie não o convence de que aquilo é um mal, mostrando-lhe o que é o bem, as repúblicas serão expostas a infinitos perigos e danos. E, quando, porventura, o povo não confia em ninguém, como às vezes ocorre, se tiver sido enganado antes por coisas ou homens, será inevitável que se chegue à ruína. E Dante diz a respeito, nas suas considerações intituladas De Monarchia, que o povo muitas vezes grita: “Viva a morte! E morra a vida!”. (MAQUIAVEL, 2007, p. 153).

Com o objetivo de melhor compreender os pensamentos próprios da visão republicana de Maquiavel, a crise vivida por florença torna-se cada vez mais presente nas críticas maquiavelianas aos intelectuais florentinos, tendo por base os princípios da Antiguidade como um forte meio tradicional, relacionado ao humanismo cívico, ideais cristãos e nos clássicos antigos. Entre os que colaboraram na manutenção do humanismo cívico, destaca-se Petrarca¹², florentino que esteve sempre à procura de uma visão inovadora para a natureza humana, em contraste às especulações medievais, de acordo com Bignotto (1991):

Petrarca foi provavelmente um dos primeiros florentinos a ter pensado na antiguidade clássica como uma fonte da qual seria possível fazer emergir uma nova visão de sua época. Conferindo uma importância, até então desconhecida, aos “studia humanitatis”, à volta aos modelos clássicos de educação, ele não hesitou em criticar as correntes especulativas medievais, que viam na vida aqui na terra somente um momento do processo escatológico. (BIGNOTTO, p. 10).

12 Francesco Petrarca (Arezzo, 1304-1374) foi um poeta e intelectual humanista italiano, fundador do Humanismo e um dos precursores do Renascimento italiano. Criador do “soneto”, poema composto por 14 versos, passou a juventude em Avignon, na Provença, onde o papado se instalou de 1309 até o início do século XV. No ano de 1337, Petrarca procurou abrigo no Mont Ventoux, mantendo contato com diversas belezas naturais, bases líricas do humanismo, além de escrever as 66 cartas em hexâmetros latinos e diversas poesias. Petrarca apoiou a república romana de Cola de Rienzo e unificação do país.



Ao optar pelo caminho contrário ao dos republicanos, Petrarca não deixa de ser ativo na participação dos debates da revolução teórica do século XV. Para tanto, basta examinar a história de Florença no Trecento. A classe econômica Florentina passa a crescer, passando a necessitar de novos valores que propiciassem uma continuidade no poder político, cabendo aos humanistas que, utilizando os seus ideais clássicos, conseguiram criar um excelente movimento intelectual.

A realidade mostrava uma sociedade intimidada pela guerra e pela ambição de alguns tiranos, sendo preciso preservar a cultura da Antiguidade, com um planejamento político efetivo, surgindo a retórica de Cícero¹³, que, para os humanistas de Florença, seria a ligação entre os elementos culturais clássicos e a ação republicana, trazendo um exemplo de necessidade de diálogo para a vida cívica.

A retórica torna-se um instrumento de troca de ideias com os homens do passado, tornando-se um novo meio de comunicação na vida política, de acordo com Bignotto (1991):

Sendo necessariamente associada à vida cívica, exigindo a presença de homens dispostos a dialogar, ela tendia por isso mesmo a mudar a concepção da comunicação humana. Se é evidente que não podemos dirigir-nos diretamente senão aos homens de nosso tempo, os humanistas descobriram que a troca de ideias com os homens do passado é tão fundamental à vida cívica quanto um discurso pronunciado em uma assembléia. Essa volta aos textos do passado exigiu a elaboração de um método que evitasse as armadilhas das interpretações medievais, marcadas pela idéia de que os tesouros da Antiguidade nada mais eram do que uma etapa no longo caminho de elaboração do conhecimento. (BIGNOTTO, 1991, p.15).

Utilizando a retórica como ferramenta política, mantinha-se um diálogo com os antigos e com os humanistas, sendo considerada um meio extraordinário de conhecimento, dele, fazendo “[...] ao mesmo tempo o fio de continuidade de uma verdade transtemporal e

13 Cícero teve como influência e base para sua retórica o poeta grego Árquias, utilizando os conhecimentos adquiridos para traduzir diversos conceitos da filosofia antiga para o latim, tornando-as disponíveis para um maior público. Tinha grande interesse por tradições filosóficas e retóricas helenísticas, sendo uma das suas especialidades.



uma fala cívica imediata”. (Bignotto, 1991, p.15). Com a utilização da retórica como metodologia, foi possível provar que a união entre retórica e política possibilitava mostrar o caráter social da humanidade, proporcionando condições para que os humanistas convivessem com as relações existentes entre a ação e o saber. A retórica possibilitou aos humanistas atingir a essência das virtudes universais utilizando a comunicação como meio para tal.

Nessa perspectiva, surge o Humanista italiano, Lino Coluccio Salutati¹⁴, com o objetivo de basear seu princípio de ação, recuperando certas temáticas da perspectiva agostiniana. Em sua reflexão sobre as leis, ele anuncia que elas “[...] tem eficácia dos acontecimentos proclamados pelo homem e compreende em si a razão natural, que todo ser de mente sã é preparado para observar ou descobrir, através da meditação e discussão”. (Bignotto, 1991, p.17).

Para ele, o fim das leis e do sistema político tendem a um mesmo fim, diferenciando-se somente pelos elementos racionais, ou seja, para ele, a “imortalidade” das leis tinha princípios divinos, não por terem sido decretadas pelo Papa ou pelo império, sendo válidas tanto para o Imperador como na república.

Um dos grandes obstáculos vivenciados por Salutati era a questão da legitimidade da república, tornando-se fundamental sua colaboração nesse sentido.

A preocupação de Salutati não se restringia apenas em torno do combate ao Papa e ao clero, mas tinha por objetivo assegurar a dignidade da ação humana, contribuindo para uma posterior elaboração teórica em defesa contra os ataques da Igreja. Em sua retórica, ele confirma a importância dos debates públicos, dialogando sobre três temas clássicos do humanismo de Florença: a discussão em oposição ao pensamento medieval, a crítica de Dante, Boccaccio e Petrarca e o enaltecimento dos autores latinos.

14 Salutati (1331-1406) foi Chanceler de Florença, um dos cargos mais importantes da república florentina, sendo responsável por se corresponder de forma oficial com outros Estados. Com a guerra entre Florença e o papado, suas habilidades foram logo testadas, tendo como principal responsabilidade intervir junto ao Papa Gregório XI.



No início do “Quattrocento”, o elo entre os ensinamentos clássicos com renovação da vida política deu origem a um movimento artístico e político inovador, passando a retórica a ser considerada como “[...] necessária para ligação entre a sociedade e os eruditos”. A eleição de Coluccio Salutati para Chanceler, entre 1375 e 1406, fez dele um personagem decisivo durante boa parte da política de Florença, colaborando para a expansão do humanismo cívico.

Salutati não queria se opor à tradição medieval e passou a tentar inovar, mesclando a vida política com uma nova filosofia, sempre analisando a política sem abandonar suas convicções republicanas, que, do seu ponto de vista, sempre foi a melhor forma de governo. As constantes tensões entre a vida cristã e a vida nas repúblicas geravam muitos conflitos. Com isso, Salutati encontrava muita dificuldade para formular os valores cívicos que ele adotava.

Quando Salutati torna-se Chanceler, surgem alguns movimentos políticos, a exemplo da guerra entre Florença e o papado (Guerra dos Oito Santos). O papa Gregório XI, junto com suas tropas mercenárias, matou e sequestrou cidadãos, levando terror e fazendo Florença ceder em 1378, apropriando-se de valores exorbitantes e tomando de volta propriedades tomadas da Igreja.

Outra situação muito difícil enfrentada por Florença foi o surgimento de um novo cisma no ano de 1415, quando a situação com o papado torna-se cada vez pior, pois, com a divisão da Igreja, surge a figura de dois papas, fragilizando o clero, trazendo abertura para que tropas estrangeiras dos mercenários de Carlos de Durazzo e de seu rival Luís de Anjou travassem uma batalha, colocando Florença em uma disputa que seria um caos para todos, trazendo catastróficas consequências. A expansão política de Giangaleazzo Visconti entre os anos de 1385 e 1402 torna-se mais uma ameaça à independência de Florença, pois era preciso contê-lo, devido à ameaça de apoderar-se de grande parte do território italiano.

Restabelecer Florença no cenário italiano passa a ser o principal objetivo de Salutati, para que os florentinos encontrem sua verdadeira identidade, retomando seu crescimento. Ele consegue estabelecer meios que seriam fundamentais para ajudar os pensadores republicanos



do século seguinte, ao “[...] compreender a natureza de um corpo político, que deve sempre levar em conta a natureza de sua instauração.” (Bignotto, 2001, p. 97). De acordo com Bignotto (1991), “[...] com a morte de Salutati em 1446, Florença contou com o apoio de diversos pensadores que deram prosseguimento aos preceitos dos intelectuais do período Trecento, estudando temas clássicos da época.” (Bignotto, 1991, p. 27).

As mudanças ocorridas no humanismo passam pela análise de autores que preconizam os valores republicanos, e seriam esses valores que originariam a moderna tradição do pensamento político.

Os elementos de continuidade, como a recuperação do platonismo e elementos de descontinuidade na abertura de novas veredas da reflexão política que dominava a vida intelectual na primeira metade do século XV, num quadro cultural e filosófico altamente complexo descortinam-se as bases do pensamento político moderno na Itália do Renascimento. (DE AMORIM, 2010, p. 35)

A realidade política de Florença passa a contar com diversas mudanças, com a derrocada dos Médici em 1494, invadida por Carlos VIII. Essa parte histórica do cenário Florentino, berço de Maquiavel, é fundamental para compreender como os membros da vida política procuraram soluções inovadoras para resolver problemas que a tradição era incapaz de solucionar.

A crise da liberdade de Florença, no começo de “*cinquecento*”, demonstrou que os humanistas foram incapazes de transformar as ideias correntes numa arma poderosa contra os males do tempo. Maquiavel, diante dessa crise, se tornará o seu mais brilhante intérprete. Pois, a forma como a questão da liberdade fora tratada pelos pensadores florentinos, de Bruni a Savonarola, e que gestou uma ideologia coerente no seio das classes dominantes se revelou inteiramente falaciosa. (DE AMORIM, 2010, p. 36)

No início, a ideologia florentina não tinha controle sobre a corrupção. Maquiavel destaca a necessidade que a sociedade tem de uma fundação sem interrupção, chegando à conclusão de que todas as sociedades tendem a se corromper, sendo necessária uma



investigação minuciosa do tempo na política, referenciando também as bases populares como arma para combater as ameaças externas.

2.3 Maquiavel, Florença e os Médici

Dentre as famílias florentinas, a mais importante foi a dos Médici. No final do século XV e início do século XVI, em Florença, o controle político alternava entre republicanos e a oligarquia dos Médici. Maquiavel relata a importância da família Médici na seguinte passagem:

Era intenção minha, quando de início decidi escrever das coisas feitas dentro e fora do povo florentino, começar a narração desde o ano 1434 da era cristã, época em que a família Medici, pelos méritos de *Cosimo* e de *Giovanni*, seu pai, tomou mais autoridade do que qualquer outra em Florença, porque eu acreditava que *messer Lionardo d'Arezzo* e *messer Poggio*, dois excelentíssimos historiadores, tivessem narrado em particular todas as coisas acontecidas antes daquela época. Mas tendo depois diligentemente lido seus escritos para ver com qual ordem e maneira procederam no escrever, a fim de que, imitando-os, a nossa história fosse melhor aprovada pelos leitores, encontrei que foram diligentíssimos na descrição das guerras levadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos forasteiros, porém das discórdias civis e das intrínsecas inimizades, e das consequências que delas nasceram, tendo totalmente calado uma parte e outra brevemente descrito, nenhum prazer ou utilidade os leitores podem obter. (MAQUIAVEL, 1998, p. 31).

Giovane de Bicci foi precursor no comando de poder dos Médici, e sua ascensão em Florença deu-se pelas múltiplas atividades realizadas, que incluíam serviços industriais, bancários e comerciais. O progresso dos Médici foi estimulado pelo ótimo momento político e econômico de Florença e Veneza, além das concessões junto à Cúria, propiciando, em 1430, um rendimento anual gigantesco.

Cosme liderou os negócios da família a partir de 1434 e, como ação prioritária, baniou as 73 pessoas mais prejudiciais para ele e instalou seus partidários à frente do Estado. Ele preferiu agir nas organizações político-administrativas, criando um sistema de governo eficaz, capaz de tornar os Médici senhores de Florença, gerindo os negócios da cidade, levando em



consideração os pontos estratégicos da administração, além de controlar as eleições sucessivas das Senhorias, por meio dos *accoppiatori*¹⁵, “guardiões” da família Médici em Florença. Esse esforço pelo controle era muito frequente, pois conduzir as oposições que surgiam nas oligarquias florentinas era bastante difícil, de acordo com a conveniência do momento. A nomeação de cargos para cidadãos do baixo escalão e a criação de conselhos ocorriam constantemente, sendo criados os conselhos de *Maggiorí* (1438) e o Conselho dos Cem (1443), ambos substituídos a cada seis meses, sempre de acordo com a Constituição Florentina.

Cosme de Médici reinou soberano em Florença, sendo considerado por grande parte dos reis estrangeiros como um verdadeiro Deus absoluto. Durante os 30 anos de poder, ele arquitetou um governo que, embora fosse “pessoal” e conservasse aparências democráticas, aniquilava quase de forma absoluta as instituições democráticas. Influenciado pelo avô, reforma o Conselho dos Cem, em 1471, fortalecendo a supremacia dos Médici no poder Legislativo e gerando um enorme descontentamento nas demais famílias Florentinas.

Em abril de 1478, Lourenço e seu irmão sofrem uma tentativa de assassinato em plena missa na Catedral de Florença. Juliano perde a vida, mas Lourenço consegue escapar do episódio sofrido. Logo surgem os responsáveis pelo ataque à família Florentina, a família dos Pazzi, que tiveram auxílio do Papa Sisto IV, emprestando capital para a compra de Imola, até então aspirada por Lorenzo. A ameaça de guerra se fortalece, quando os Pazzi, com o apoio do arcebispo de Pisa, do papa e do rei Fernando de Nápoles, travam um combate contra os Médici. Lorenzo, vendo a cidade passar por uma situação de guerrilha e atacada por forças do exército napolitano, não desiste e tenta buscar a diplomacia para reaver seu regime, obtendo êxito e um certo tempo de paz para Florença.

Lourenço triunfa e, com a vitória, aprova o Conselho dos Cem, elegendo todos os seus seguidores nas eleições de 1484. Porém, encontra bastante resistência pelo seu excesso de

15 *Accoppiatori* são os encarregados de preencher e selar as bolsas (*borse*), fiscalizar as qualidades dos candidatos e eliminar aqueles que não preenchem todos os quesitos, como: idade insuficiente, dívidas para com o fisco, parentesco muito próximo com pessoas que exercem funções no momento da eleição, etc.



autoritarismo exercido de forma tirânica, gerando revolta principalmente pelo monge Girolamo Savonarola, que reprovava de forma veemente a corrupção instalada no governo.

Maquiavel, na época bastante jovem, observa na figura do frade qualidades de profeta, um profeta que não utiliza armas e que acredita que os desvios do povo surgiam devido à conduta de seus príncipes, deixando de lado teorias que colocavam o povo como causador dos males da Itália. De acordo com Viroli (2020), Nicolau Maquiavel sempre admirou Savonarola:

Mentiras e enganos à parte, Nicolau reconhecia em Savonarola o dom da profecia, ou seja, a capacidade de interpretar os sinais premonitórios que anunciam eventos extraordinários. Por isso, e também pela sua retidão moral, Nicolau sempre falou dele com respeito, ainda que nunca tenha sido um de seus seguidores. (VIROLI, 2002, p. 34).

Seu governo é visto por muitos como contraditório, pois, apesar de ter sido considerado o grande responsável por tornar Florença uma cidade servil, também teve grande influência em parte do equilíbrio de governo entre os Estados Italianos (Nápoles, Ducado de Milão, Veneza e o Estado Pontifício, além de combater estrangeiros que tinham por objetivo subjugar o povo italiano. Com o afastamento de Lourenço, Carlos VIII, rei da França, invade a Itália em 1494 para exercer a soberania frente ao Reino de Nápoles, modificando de forma severa os regimes políticos e o modo de governar dos Estados italianos. Sobre a ocupação, Viroli (2020) relata:

O exército francês chegara como uma tempestade imprevista, transtornando toda a política italiana. Nenhum príncipe ou soberano se preocupou com o bem comum da Itália e, atemorizados, todos passaram a tratar exclusivamente dos próprios interesses. Nenhum deles tentou impedir a conquista de um Estado vizinho. As guerras se tornaram mais violentas, e o assalto às cidades passou a ser uma questão de dias ou até mesmo de poucas horas, graças ao emprego mais eficaz das artilharias. Tanto a guerra quanto a política assumiram uma rapidez e uma dureza extrema. (VIROLI, 2002, p. 38).

A resposta à invasão foi liderada por Pedro Capponi, que liderou muitos homens armados e uma delegação de Savonarola, para expor a todos os invasores que Florença tinha



vontade oposta à família Médici. Esse grupo armado obteve êxito, pois influenciou Carlos VIII, rei da França, a não saquear a cidade de Florença.

Carlos VIII entra em Florença em 1494, encerrando o domínio de 60 anos dos Médici, obrigando Pedro de Médici a fugir em direção a Bolonha. A reestruturação do Estado passa a ser prioridade, a partir do momento em que Carlos VIII deixa Florença, iniciando um ciclo de fortalecimento político, gerando uma dúvida se Florença necessita de uma oligarquia liderada pela elite social e política ou um regime “popular”, para sancionar suas leis ou escolher seus próprios magistrados.

A Florença Republicana é defendida pelo frade Girolamo Savonarola e Paolo Antonio Soderini. Sobre a proteção de Savonarola, Viroli (2002) afirma que:

A mesma república que o frade dominicano tanto desejara e que ajudara a criar, apesar da desconfiança e hostilidade de muitos, não o defenderia do ódio que a Cúria romana nutria contra ele, motivado pelas suas denúncias ardorosas contra a corrupção da Igreja. Em 15 de maio de 1498, a Senhoria permitiu que Savonarola fosse interrogado e torturado na presença do enviado papal, cardeal Francesco Romolino, e do chefe supremo da ordem dos dominicanos. Acusado de heresia, Savonarola foi condenado à morte em 23 de maio, e na manhã seguinte enforcado na Piazza della Signoria. Seu corpo foi queimado e as cinzas atiradas no rio Arno, pois se temia que pudessem ser recolhidas e conservadas pelo povo como relíquias. (VIROLI, 2002, pp. 44/45).

A composição do grande conselho já explicaria as causas desse grande desastre, cuja eleição da suprema magistratura foi composta pelos *piagnomi* (partidários de Savonarola). Os conflitos com Milão e os problemas com Roma e o papado em 1497 acabam por excomungar Savonarola, ameaçando toda a cidade devido a este fato. Essa situação instiga os defensores da família Médici, os descontentes comerciantes florentinos e os banqueiros, que, ameaçados de perderem seus bens, lutam sem parar. Justamente nessa fase, em junho de 1498, Maquiavel torna-se secretário da segunda chancelaria. De acordo com De Amorim (2010):

O fenômeno toma proporções tão alarmantes, no curso dos anos que se seguem ao desaparecimento de Savonarola, que uma larga maioria acaba por definir-se, nos dois partidos, a favor de um esforço e de uma maior estabilidade do Poder Executivo. Até o dia de setembro de 1502 em que Pedro Soderini, um aristocrata que gozava de uma certa popularidade por



ter-se recusado a reunir as *pratiche* no curso de um de seus precedentes mandatos de gonfaloneiro, é eleito gonfaloneiro vitalício da República florentina. (DE AMORIM, 2010, p. 56)

A eleição de Pedro Soderini trouxe para a República florentina uma tranquilidade de dez anos, sempre se mantendo longe de qualquer sobra da oligarquia. Apesar do apoio do povo, uma oposição pró-Médici infiltra-se. Então, o papa Leão X, eleito em 1513, envia seu sobrinho, o jovem Lourenço, para organizar as instituições Florentinas, para, posteriormente, transformá-la em um Estado principesco e mais poderoso. Com a morte de Lourenço em 1519, o cardeal Júlio de Médici (papa Clemente VII) concede, em 1523, ao jovem Alexandre de Médici o título de duque de Florença. Porém, quem de fato chega ao poder é o duque Cosme I, cujo domínio se estende também ao conjunto de Toscana.

A passagem de um século da família Médici é fundamental para o entendimento da história de Florença, marcada por interesses na oligarquia das instituições. Durante muitos anos, Florença foi protegida pelo absolutismo, sucumbindo posteriormente à ação conjugada de suas divisões internas, do poder adquirido pelos Médici sempre à frente da igreja e da hegemonia estrangeira que surgiu sobre toda a península.

A observação histórica da República de Florença é fundamental para uma melhor compreensão do pensamento de Maquiavel, que se constrói dentro de uma realidade em que as instituições têm o homem como centro do mundo, condenando a tirania, as dominações, e a valorização republicana que supera as tradições medievais com o fortalecimento do Estado em todos os sentidos. O pensamento maquiaveliano caminha junto com as concepções e realidades históricas da Itália e de Florença, onde Maquiavel, com muita astúcia, elabora suas teorias.

3 CONCLUSÃO

O trabalho teve como base a contribuição de importantes teóricos, pesquisadores de Maquiavel, como Nogare (1981), Bignotto (1991) e Viroli (2002), entre outros, com o



objetivo de investigar os princípios maquiavelistas relacionados à ética, política e conflito civil. A preferência pelos autores tiveram por objetivo evidenciar os aspectos políticos de Maquiavel, ao mesmo tempo em que “navegamos” pela trajetória filosófica e histórica do sábio Florentino de modo coerente.

Analizamos as ideias e contribuições de Maquiavel para a Itália no século XVI, fazendo um paralelo entre os fatos políticos ocorridos na sua cidade natal (Florença), onde havia muita luta por mudanças e um sentimento de desejo por uma unidade política. Com o objetivo de entender as “raízes” históricas que levaram Maquiavel a desenvolver suas teorias, pesquisamos sobre os períodos Trecento e Quattrocento, analisando a organização política da cidade de Florença, bem como os Médici, que foram fundamentais em todo o processo teórico idealizado pelo filósofo.

REFERÊNCIAS

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2003.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel historiador**. Revista USP, n. 29, p. 182-188, 1996.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. Edições Loyola, 1991.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

DE AMORIM, Edson Luis. **Aspectos morais e religiosos da ação política, em Maquiavel**. 2010.

DIAS, Carlos Eduardo Ruas et al. **Política e conflito civil no pensamento de Maquiavel**. 2019.



GIL, Antonio Carlos; VERGARA, Sylvia Constant. **Tipo de pesquisa**. Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2015.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERRA, Avaetê de Lunetta, D. Aspectos filosóficos e atemporais da teoria política de Maquiavel. UFPB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21302>. Acesso em: 3 mai. 2023.

História do mundo. Martinho Lutero. 2020. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/martinho-lutero.htm>. Acesso em: 23 out. 2020.

MACHIAVELLI, Niccolò. Il principe. **Il Principe**, p. 1-134, 2009.

MACHIAVELLI, Niccolò; CINTI, Federico. **L'arte della guerra**. Istituto Editoriale Italiano, 1928.

MACHIAVELLI, Niccolò. **Florentine histories**. Princeton University Press, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução: Sérgio, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe (1513)**. LCC Publicações Eletrônicas. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>. Acesso em: set, 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau; TZU, Sun; HOLZSCHUH, Paulo. **A arte da guerra**. Editora Évora, 2010.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismo e anti-humanismo**. Petrópolis: Vozes, 1981.

VIROLI, Maurizio. **O Sorriso de Nicolau: a história de Maquiavel**. Estação Liberdade,



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

2002.

VIROLI, Maurizio. **Machiavelli**. OUP Oxford, 1998.

Recebido em: 25/05/2023

Aprovado em: 29/05/2023

Publicado em: 01/06/2023